

Notas e informações

Economia
Brasil

Barganha com a Nação

Ai de quem, em outros tempos, quisesse fazer negócios de maneira franca e direta, no imenso interior brasileiro. Não seria aceito pelos parceiros, que não dispensavam, antes de tratar do preço da novilha, o prazer de dois cigarros fumados lentamente, enquanto disqueteavam sobre os mais variados assuntos. Entrados, então, no tema principal, os compadres deveriam perder tempo precioso no regateio, forma de aproximação social e de reconhecimento do caráter socialmente menos digno da transação comercial. Na Nova República, voltaram os usos e costumes do Brasil tradicional. Sarney, Sayad e Dornelles sentam-se à mesa, discorrem sobre as eleições nas capitais dos Estados, sobre as tendências políticas dos literatos e intelectuais, e só depois de esgotadas as trivialidades iniciam o debate do assunto sério: quanto se vai cortar no orçamento das estatais, quanto se vai restringir das pessoas jurídicas (isto é, as empresas) e de que maneira, sem que se ameacem as eleições, se pode fazer as pessoas físicas participar do imenso sacrifício que a Nação está sendo solicitada a fazer para não ser, amanhã, a Argentina de ontem.

No regateio, Sayad e Dornelles deverão entender-se, pois são uma e a mesma pessoa, quando estão diante do presidente da República — José Sarney —, segundo palavras do próprio chefe de governo. Conforme a lição da tradição diplomática — primeiramente se acertam os pontos em que há acordo — os dois rivais montam o "pacote" sem atentar para as iras dos peemedebistas, que sentem tremer o solo eleitoral de novembro: as empresas anteciparão o recolhimento de impostos e das contribuições da Previdência, as pessoas físicas que vão queixar-se ao bispo (hoje, aliás, poderoso aliado da Nova República) da não-correção do Imposto sobre a Renda, os aplicadores no mercado financeiro que paguem um pouco mais de imposto sobre seus ganhos. Feitas as contas, em calculadoras modernas, chega-se a estimativas que variam entre 15 e 22 trilhões de cruzeiros, e não 15 ou 22 cruzeiros! Apesar dos zeros, ainda falta muito para satisfazer as intenções do ministro da Fazenda, que quer reduzir drasticamente o déficit público este ano. Nesse ponto, começa o regateio sob a presidência do chefe de governo.

A questão é simples e se resume no seguinte: quanto vai sofrer o setor estatal da economia para que o País não se marginalize no conjunto das nações, e para que possa enfrentar com algum ardor soberano as negociações com o FMI? Apesar de a barganha fazer parte dos usos reintroduzidos na política brasileira, é difícil chegar a acordo quando o ministro da Fazenda preten-

de cortar cerca de 35 trilhões entre custeio e investimento das estatais, e o ministro-chefe da Seplan quer ficar nos 12 trilhões. (O leitor talvez não faça idéia do que seja um trilhão de cruzeiros: é nada mais do que um bilhão de notas de mil cruzeiros postas lado a lado...) A barganha consiste, pois, em saber se vamos tirar das estatais 35 trilhões de cruzeiros, ou apenas 12 trilhões — os restantes 23 trilhões sairão do bolso do público. As máquinas de calcular manuais não têm zeros suficientes para fazer esse tipo de operação...

Não se tomem esses dados como tentativa de humor; traduzem a insânia em que o País mergulhou, seduzido pelos ganhos fáceis alardeados pelos *rendeiros*, que jogam no aumento do déficit público. A questão fundamental é saber se o presidente Sarney vai escolher entre o sacrifício maior ou menor do setor estatal; se vai aceitar o argumento dos que dizem que os cortes produzirão o caos, ou nos que argumentam baseados no que eles significam no global dos dispêndios do Estado e das empresas estatais. O Estado gasta cerca de 540 trilhões; as despesas das estatais beiram os 290. O corte sugerido pelo ministro Dornelles, assim, é para ser efetuado na gordura das estatais (um máximo de 12%) e nos saís eliminados pelo suor na administração geral do Estado. É para isso que se tem de atentar, agora as questões políticas que estão envolvidas no assunto.

A classe média e os trabalhadores em geral não escondem sua revolta com o passa-moleque da não-correção do Imposto de Renda retido na fonte. Apesar de sua ira santa — mais santa, porque tiveram sua renda mensal reduzida em época de inflação que anda a trote —, darão sua parcela de contribuição ao presidente Sarney para que conduza o País a melhores dias se tiverem a convicção de que o Estado faz sacrifícios; de que a oligarquia teve suas asas cortadas; de que o desperdício nas estatais vai terminar.

Na verdade, quando o ministro Sayad regateia, ele está querendo fechar o rombo que as estatais e a ineficiência geral da máquina governamental abriram nas contas públicas com o dinheiro dos empresários e dos trabalhadores, que são, ambos, colunas-mestras da Nação. Em nome de que princípio moral se impõem sacrifícios aos que produzem, enquanto se evita racionalizar a economia estatizada? Só pode ser em nome da politiquice.

São dois fundidos num só na presença de seu criador — cabe, no entanto, ao presidente Sarney decidir quem dirige a política econômico-financeira do País, acatando suas determinações: se o ministro Dornelles, se o ministro Sayad associado aos assessores espe-

ciais que o chefe do governo nomeou para assisti-lo em assuntos econômico-financeiros, curiosamente ligados ao mesmo grupo econômico. Só quando o fizer, se poderá saber se os trabalhadores aceitarão com menor ou maior irritação o que fizeram com seus salários e prometem fazer ainda durante mais um ou dois meses; não só isso, da decisão de s. exa. dependerá a credibilidade do Brasil no mundo financeiro, e a continuidade de uma política que deu resultados, embora agora comece a pagar o custo da rendição inicial à demagogia, que foi o congelamento de preços. O público deve ter presente que o panorama eleitoral está contribuindo para fazer que as coisas sérias sejam tratadas de maneira irresponsável: pois não é irresponsabilidade o governo gastar três trilhões de cruzeiros para estatizar o Sulbrasileiro, a pretexto de conservar o emprego de 25 mil funcionários, e o presidente da Caixa Econômica Federal querer aumentar em 41 mil pessoas o quadro de funcionários da autarquia, amparado em argumentos técnicos?

É a política — aquela mesma política que fez o então presidente Figueiredo, só depois da derrota em 1982, consentir em recorrer ao FMI quando era tarde demais — que está presidindo a barganha com o futuro da Nação. É possível que o presidente Sarney queira afastar de si a sombra do presidente Tancredo Neves, libertando-se daquele que era seu lugar-tenente, o ministro Dornelles. Então, que o faça de maneira direta, e não criando tais e tais embaraços para a administração do Estado, a ponto de conduzir o País ao desastre da hiperinflação na qual só se beneficiarão os *rendeiros*, os amigos diletos do novo rei e a oligarquia — pronta a concordar que a *Coisa Nossa* tenha também oportunidades de sobrevivência. Mude o Ministério em vez de permitir que homens de bem se sacrificem para defender pontos de vista contraditórios. Declare alto e bom som ao Fundo Monetário Internacional qual a política que pretende seguir e não permita que uns falem uma coisa, outros os contradigam e o nome do País seja maculado como o foi na crise de 82/83.

A disjuntiva é clara: ou o presidente não aceita essa forma atrasada de fazer política, que é barganhar o bem público tendo em vista interesses políticos menores, ou aceita fazer a política da oligarquia, dos que só sabem viver do Estado, dos que desejam a moratória, a estatização da economia e o triunfo da demagogia esquerdista mais rasteira. O tempo da "bossa nova" já passou — agora é o da Nova República que se sonhou, a qual ou se afirma ou em breve fará que todos sintam saudades do governo anterior, por incrível que pareça!